

Ligar dois mundos

O GLOBO

SE por idade escolar se entende a faixa etária até os 17 anos, falar de idade escolar no Brasil é pecar por irrealismo. Aqui, não cabe sequer falar de ensino fundamental contínuo, num bloco de oito ou mesmo quatro anos.

QUEM nos põe diante da realidade é, mais uma vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com seu Anuário Estatístico do Brasil/1992. Nele se poderá ver que a idade escolar se encerra mais cedo, para quase um terço de nossas crianças e adolescentes: dos 26.265.964 brasileiros que contam entre 10 e 17 anos de idade, 31,7% trabalham e não estudam. Uma proporção quase igual à dos que se encontram na situação ideal de estudar sem ter que trabalhar: 35,4%. Entre os dois, um grupo de 19,5% concilia estudo e trabalho.

CONCLUI-SE que o conceito de ensino fundamental, subentendendo um todo, é falho, tanto do ponto de vista operacional como do ponto de vista pedagógico. Se o primeiro ingresso no mercado de trabalho se dá, para tantos, entre os 10 e os 17 anos, ele ocorre à revelia dos propósitos, da metodologia e da concepção teórica do ensino fundamental. Há dissociação entre os dois mundos que solicitam as crianças e jovens de condição mais humilde — o mundo do aprendizado escolar e o mundo

da luta pela subsistência. E não é difícil prever de que lado penderá a balança: primeiro viver, depois filosofar.

A CONCLUSÃO se comprova com o registrado pelo próprio IBGE, em fins da década de 80, sobre a chamada evasão escolar. Na 1ª série do Primeiro Grau ela era no Ceará, com 43,9%, seis vezes maior do que em Santa Catarina. Já na 5ª série do Primeiro Grau não se nota grande diferença entre as diversas regiões; por quê? Porque àquela altura do Primeiro Grau, a maior parte dos forçados a sair da escola, nas regiões mais pobres, já o fez.

O ABANDONO da escola, por imperativo de sobrevivência, é fato doloroso. Mas iniludível, já que inerente ao quadro de nossas disparidades regionais, sem perspectivas de transformação radical em futuro imediato. O que fazer, então?

A SOLUÇÃO é tentar conciliar os dois mundos. Tentar articular escolaridade e ingresso precoce no mercado de trabalho.

MAS nessa articulação entre ensino fundamental e mercado de trabalho, andamos muito longe de qualquer criatividade, enquanto se deteriora a qualidade de vida de crianças e adolescentes em ambos os mundos.

DEVE-SE começar, é óbvio, por uma elevação da qualidade do ensino na escola pública, a única ao alcance de quem tem que trabalhar e estudar. Ela precisa ser uma escola cuja importância, na vida profissional, seja percebida logo à primeira vista. O que remete para a adequação da escola a sua clientela majoritária; para a quase especialização ou determinação, sem comprometer a qualidade.

NA área de política do trabalho, deve-se pedir ao empregador mais responsabilidade sobre a vida escolar de seu empregado menor de idade; e à escola, maior informação sobre o regime e jornada de trabalho do aluno. Isso se pode fazer através de informações cruzadas, a escola fornecendo ao empregador a frequência e os boletins do aluno; e o empregador, à escola, a jornada de trabalho do empregado, sua assiduidade, seu empenho.

NA área econômica, enfim, deve ser possível criar incentivos para o empregador que contrate menores com jornada mais reduzida de trabalho, de forma a possibilitar o aproveitamento escolar. Um pouco na linha da experiência alemã com seus Lehrlings. E, paralelamente, prever sanções contra os que fazem do compromisso escolar do empregado pretexto para rescisão do contrato de trabalho.